



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

ANDRÉ LUIS CALDAS VIANA

**A MODIFICAÇÃO NO PERFIL DAS EXPORTAÇÕES BAIANAS E
BRASILEIRAS DE CACAU E DERIVADOS DURANTE A PRIMEIRA DÉCADA
DO SÉCULO XXI**

**Salvador
2013**

ANDRÉ LUIS CALDAS VIANA

**A MODIFICAÇÃO NO PERFIL DAS EXPORTAÇÕES BAIANAS E
BRASILEIRAS DE CACAU E DERIVADOS DURANTE A PRIMEIRA DÉCADA
DO SÉCULO XXI**

Versão preliminar do Trabalho de Conclusão de
Curso a ser apresentado no curso de Economia
da Universidade Federal da Bahia como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Economia

Orientador: Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata

Salvador

2013

ANDRÉ LUIS CALDAS VIANA

**A MODIFICAÇÃO NO PERFIL DAS EXPORTAÇÕES BAIANAS E
BRASILEIRAS DE CACAU E DERIVADOS DURANTE A PRIMEIRA DÉCADA
DO SÉCULO XXI**

Aprovada em

Orientador:

Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

Flávio Encarnação Rocha
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

Prof. Msc. Antônio Plínio Pires de Moura
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

Ficha catalográfica elaborada por Valdineia Veloso CRB 5-1092

V614	Viana, André Luis Caldas A modificação no perfil das exportações baianas e brasileiras de cacau e derivados: uma análise da modificação no perfil do mercado Exportador de cacau pós-crise durante a primeira década do século XXI e a importância do setor para a economia brasileira. – Salvador, 2013 46f. . il . tab Trabalho de Conclusão de (Graduação em Economia) - Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2013. Orientador: Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata 1. Comércio exterior 2. Cacau I. Viana, André Luis Caldas II. Mata, Henrique Tomé da Costa III. Título
------	--

CDD 382.0981

AGRADECIMENTOS

Este trabalho se tornou possível graças à colaboração indireta de muitas pessoas e situações.

Agradeço a todas elas e, apesar de mencionar todas ser uma tarefa impossível, especifico apenas uma parcela mais presente delas, sem, no entanto excluir as outras. São elas; meu irmão, que me ensinou o significado da palavra maturidade, mesmo que não a tenha aprendido por completo, e meu padrasto, que em um momento necessário, subtraiu de mim uma responsabilidade que, com a qual este trabalho não estaria concluído.

Entretanto, uma pessoa apenas merece mais do que meu agradecimento ou uma menção, uma pessoa que me ensinou tudo o que carrego de mais precioso e que me mostrou o verdadeiro sentido da vida. Um farol que sempre me guiou. Uma pessoa que acreditou nesse trabalho, bem como no sentido da minha vida mais do que eu mesmo. Que nunca desistiu de acreditar que eu poderia ser sempre uma pessoa melhor. Alguem que fez da vida uma lição de sabedoria e sempre será para mim todo o exemplo de disciplina, trabalho, honestidade e altruísmo. Este trabalho eu dedico a você, Dona Fátima.

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade descrever e analisar a modificação no perfil das exportações brasileiras e baianas de cacau e derivados durante o primeiro decênio do século XXI. Objetiva-se, de forma geral, estabelecer e mensurar, através de critérios comparativos e absolutos, o desenvolvimento da produção e exportação de cacau, bem como da transformação no perfil dos derivados exportados desta *commodity* ao longo dos dez anos iniciais do século XXI. A análise deste desenvolvimento abrangerá as áreas de produção, transformação e exportação nacional e estadual. Além de alguns tópicos sobre o mercado processador e a recente elevação das importações via drawback. Os objetivos específicos deste trabalho são; I) Traçar um panorama do comércio exterior de cacau baiano e brasileiro, concomitantemente; II) Analisar e especificar as transformações no perfil dos derivados exportados de cacau e suas implicações. O estudo pretende também, de forma abrangente, analisar os fatores determinantes do caminho percorrido pelo mercado externo na última década, visando inserir a economia cacauceira no cenário global.

Palavra chave: Comércio exterior. Cacau. *Commodity*. Exportação.

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	7
1.1	ABORDAGEM INTRODUTÓRIA: O AGROSSISTEMA CACAUEIRO	7
1.2	MODELO TEÓRICO	9
1.3	A CHEGADA DO CACAU AO ESTADO DA BAHIA	11
2	PANORAMA EVOLUTIVO DO MERCADO MUNDIAL E NACIONAL A PARTIR DE 1950	12
2.1	EVOLUÇÃO DO MERCADO NACIONAL DE CACAU	12
2.2	EVOLUÇÃO DO MERCADO MUNDIAL DE CACAU	22
3	IMPORTAÇÕES DE CACAU VIA DRAWBACK	25
3.1	IMPORTAÇÕES VIA DRAWBACK E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A MODIFICAÇÃO DO PERFIL DAS EXPORTAÇÕES DE CACAU E DERIVADOS	25
4	A MODIFICAÇÃO NO PERFIL DAS EXPORTAÇÕES DE CACAU E DERIVADOS ENTRE OS ANOS DE 2001 E 2010	31
4.1	A MODIFICAÇÃO NO PERFIL DAS EXPORTAÇÕES DE CACAU E DERIVADOS ENTRE OS ANOS DE 2001 E 2010	31
5	CONCLUSÕES	38
	REFERÊNCIAS	40
	ANEXOS	42

1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 ABORDAGEM INTRODUTÓRIA: O AGROSSISTEMA CACAUEIRO

Durante todo o processo de desenvolvimento da agricultura, desde a cultura mais primitiva elaborada pelo homem nos primórdios da humanidade, quando o cultivo se tornou a razão da fixação do homem à terra, a agricultura mostra-se como uma atividade predatória. Nos primeiros tempos, em função da escala de produção, a natureza se incubiu de tornar a utilização da terra um processo reversível. Entretanto, dentro das configurações e das escalas modernas de produção este processo se torna cada vez mais irreversível. Termos recentes começam a formar-se em torno da utilização predatória do ambiente e do solo a ponto de, em 1977, durante a Conferência das Nações Unidas em Nairobi, o termo desertificação ser oficialmente definido como: “diminuição ou destruição do potencial biológico da terra que pode conduzir, finalmente, a condições semelhantes a de deserto” (apud CAVALCANTE et al., 2007).

O agrossistema cacaueiro do sul do estado da Bahia traduz-se em uma das poucas formas de produção de alimentos com impacto mínimo sobre o ecossistema, ajudando a promover um desenvolvimento sustentável e consistente. O modelo de produção conhecido popularmente como “cabruca” se diferencia da produção das demais *commodities* agropecuárias principalmente em função da preservação das árvores de grande porte. A palavra cabruca deriva de uma corruptela do termo brocar, que possivelmente deu vazão ao termo cabrocar ou cabruca (LOBÃO; SESSENTA, 2002), neste método retiram-se da mata original apenas as árvores de porte intermediário para a posterior substituição pela cultura do cacau.

Até o ano de 2010, a produção do cacau baiano se estendia por uma área de quase 250.000 hectares, segundo dados da Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos do governo do Estado da Bahia, onde pelo menos 70% desta produção se encontrava à sombra de árvores da floresta original, no sistema que pode ser classificado como agrossilvicultura (sistema que agrega a produção agrícola em regiões de manejo de florestas e atividades extrativas).

Dentro deste contexto, a modificação do perfil das exportações do cacau brasileiro, que é representado de maneira significativa pelo cacau baiano, que representa a maior parcela da produção nacional, constitui uma forma de mudança na estrutura produtiva local, favorecendo a inserção de valor agregado a produção e mostrando-se um vetor de desenvolvimento.

O objetivo deste trabalho é evidenciar as transformações na composição do perfil exportador da commodity cacau e dos seus derivados, evidenciando que, em função de uma crise biológica (vassoura de bruxa) que quase dizimou a produção estadual, e portanto nacional, a cadeia produtiva se encarregou de adaptar-se aos condicionantes internos e externos e adicionar valor ao produto exportado, aumentando a parcela de capital incorporado ao produto final.

Este processo não se deu de forma natural e ao que parece, nem mesmo intencional, ele foi consequência de um processo adaptativo a uma crise ocorrida em função da disseminação da *Moniliophthora perniciosa*, o fungo responsável pela vassoura de bruxa. A junção da crise produtiva com a variação no preço internacional do produto levou a um cenário mercadológico onde o incremento de valor se tornou fundamental para a continuação da produção.

A escolha da variação do perfil das exportações de cacau na primeira década do século XXI como tema desse trabalho surgiu de trabalhos anteriores elaborados para a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia cuja intenção era promover as variadas possibilidades relacionadas ao comércio internacional do produto e suas potencialidades ainda não exploradas junto ao mercado internacional.

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo resume a abordagem introdutória do trabalho, a importância e a história da cultura cacauífera como vetor de desenvolvimento. O segundo capítulo aborda a evolução do mercado mundial de cacau a partir da década de 1950. O terceiro capítulo aborda o recente crescimento da importação de cacau via drawback por parte da indústria moageira nacional, tentando mostrar a influência desse processo na modificação no perfil da composição das exportações de cacau. O quarto capítulo trata do tema a que o trabalho se propõe, explicitar as modificações no perfil da composição das exportações de cacau brasileiro e baiano, tentando mostrar que esta modificação forçada

incrementou valor a cadeia produtiva como uma alternativa a crise. O quinto e último capítulo, intitulado “conclusões” trata dos resultados obtidos através das observações contidas no trabalho, com a intenção de mensurar as modificações no perfil dos derivados de cacau exportados e suas implicações para a economia baiana e brasileira.

1.2 MODELO TEÓRICO

Dentro do modelo básico de comércio internacional, cada país participa desse jogo com dois motivos básicos. O primeiro diz respeito à diferenciação natural em relação aos insumos necessários à produção, beneficiando-se dessa diferenciação para alcançar patamares maiores de produção e desenvolvimento, que não seriam possíveis sem o comércio internacional. O segundo motivo é o ganho de escala na produção de bens comercializáveis, de forma que, ao produzir em maior escala que o consumo interno tenha capacidade de absorver, exista uma redução natural nos custos de produção (KRUGMAN; OBSTFELD 2010).

A interação entre os países participantes desse comércio gera ganhos para ambos e permite um maior desenvolvimento econômico, eficiência na produção e elevação de lucros provenientes de uma maior escala.

O princípio das vantagens comparativas elaborado por David Ricardo, explica por que o comércio entre dois países, regiões ou pessoas pode ser benéfico para ambos, mesmo quando um deles é mais produtivo na fabricação de todos os bens envolvidos.

Em termos de vantagens absolutas, cada país se encontra em um nicho de mercado que apresenta uma maior especialização, beneficiando-se dessa vantagem em setores específicos e especializados nos quais é mais eficiente que os demais.

Para a teoria das vantagens comparativas, mesmo que um determinado país não apresente vantagens absolutas onde produção, ele pode especializar-se nos setores em que apresente maiores vantagens comparativas com os demais países envolvidos no comércio, determinando o padrão internacional de comércio. O modelo formulado por David Ricardo em 1817 considera o

trabalho como único fator de produção e os países diferem entre si apenas pela produtividade do trabalho nas diferentes indústrias, de modo que, os países exportarão em maior quantidade os bens produzidos com o trabalho interno de modo relativamente eficiente e importarão bens produzidos pelo trabalho interno de modo relativamente ineficiente.

Grande parte da utilização desse modelo teórico para o presente trabalho reside na tentativa de explicar a razão pela qual em reduzindo-se a área produzida da commodity cacau e conseqüentemente o volume exportado, o valor das exportações de cacau e derivados se manteve constante, ou até mesmo elevou-se ao longo da primeira década do século XXI.

Outros autores complementaram a idéia de Ricardo, de forma a incrementar outros fatores na teoria de comércio internacional. Enquanto a disponibilidade de recursos naturais já havia sido proposta como fundamental, muito antes de Ricardo por Adam Smith em 1776 em "A riqueza das nações" (2003), o modelo de comércio internacional de Heckscher-Ohlin adicionou o nível de preços na tentativa de reverter o modelo original, propondo a escassez de insumos como um fator decisivo para a produção.

A variação do perfil exportador brasileiro de cacau e derivados da primeira década do século XXI demonstra de que forma o valor das receitas das exportações brasileiras permaneceram com certa consistência, mesmo em um determinado período onde a quantidade total da commodity sofreu uma queda assaz abrupta. Grande parte da explicação desse fenômeno reside na variação da razão entre trabalho e capital empregado na produção.

Com uma indústria moageira já instalada carente de matérias-primas, o país se viu obrigado a recorrer ao mercado internacional para suprir às necessidades internas de insumos básicos a transformação, o cacau em amêndoas, aumentando as importações de cacau para posterior transformação em bens semimanufaturados. Este movimento não impediu a desagregação da cadeia produtiva local e os efeitos adversos dessa desagregação. Entretanto, as receitas permaneceram de certa forma constantes, o que demonstra que, o processo de incremento de valor adicionado à economia do cacau pode ser um caminho válido na recuperação do setor, além das perspectivas de aumento na produção e na área de cultivo da commodity.

1.3 A CHEGADA DO CACAU AO ESTADO DA BAHIA

A maior parte da historiografia oficial e popular aponta para a chegada do cacau na Bahia no ano de 1742 trazido por Antônio Dias Ribeiro (CAMPOS, 1981), trazendo sementes do Pará na tentativa de implementar uma nova cultura da planta a partir da fazenda cubículo, às margens do rio Pardo, no município de Canavieiras. Esse movimento ocorreu principalmente em função da pouca adaptabilidade do fruto ao solo paraense, com uma produção que não se mostrava maior que 100 arrobas no ano de 1780 (COSTA, 1995; SETENTA, 2003). Em 1752 a cultura chega ao município de Ilhéus e se espalha pela região sul da Bahia se tornando em poucas décadas uma cultura em ascensão. Em pouco mais de um século e meio de cultivo do fruto a Bahia já figurava como a maior região produtora de cacau do país e o Brasil alcançava a marca de maior produtor e exportador de cacau do mundo. Neste período, toda a economia das regiões sul do estado dependiam direta ou indiretamente do cultivo do cacau, de forma que não somente o cenário econômico como o cenário político era dominado por cacauicultores, chamados de coronéis do cacau.

Entretanto o cacau se mostra ao longo do século XIX como uma cultura alternativa à produção açucareira no desenvolvimento das exportações baianas do período. Segundo Marinho apenas na década de 1890, quando a produção baiana atinge a marca de 3500 toneladas de cacau/ano, é que a produção baiana começa a ser reconhecida internacionalmente passando a ocupar um lugar de destaque entre os países exportadores, só vindo a reduzir sua produção a partir do último quinquênio da década de 1980. Mesmo sem uma posição de destaque nacional entre as commodities primárias como a soja e o café, o cacau se beneficiou de diversas políticas de incentivo às exportações e à produção, principalmente a partir da década de 1960, como por exemplo o Programa de Diretrizes para Expansão da cacaucultura nacional, o PROCACAU de 1976, que tinha como objetivo a implementação de 140 mil hectares de cacauzeiros entre o sul da Bahia e o estado do Espírito Santo e 160 mil na região norte do país (CEPLAC, 1977).

2 PANORAMA EVOLUTIVO DO MERCADO MUNDIAL E NACIONAL A PARTIR DO ANO DE 1950

2.1 EVOLUÇÃO DO MERCADO NACIONAL DE CACAU

O mercado brasileiro de cacau entre os anos de 1950 e 1962 sofreu forte influência do momento econômico pelo qual o país passava no período. A economia brasileira se encontrava em processo de franca industrialização, onde o antigo modelo primário exportador tentava ser superado através de um plano nacional de desenvolvimento industrial, via substituição de importações, num primeiro momento, e pelo estrangulamento externo e abandono do modelo em um segundo momento. Fugindo do modelo impulsionado pela economia cafeeira algumas décadas antes, na tentativa de criação de um forte setor industrial, vários setores foram beneficiados com recursos direcionados ao desenvolvimento dos setores exportadores, ainda concentrados em poucos produtos primários. A pauta de exportações do período se concentrava no algodão, açúcar, fumo e cacau, além do principal deles, o café. O destino da maioria desses produtos era a Europa Ocidental e os Estados Unidos (BAER, 1996 apud RAMALHO; TARGINO, 2003)

Mesmo que os tres primeiros anos da década de 1950 tenham sido desfavoráveis, em função do declínio herdado da década passada, o movimento posterior a 1953, incentivado pelo preço internacional do produto e pelo investimento, permitiu uma ascensão no “quantum” produzido e exportado, que cresceu a uma taxa de 2,35% a.a de 1953/56. Contudo, a partir de 1956, o valor real das exportações brasileiras de cacau passou a apresentar um decréscimo gradativo, acompanhado pela redução no volume. Tais fatos foram agravados pelas várias oscilações no preço mundial do cacau.

Entre os anos de 1965 e 1980 a área de plantio do cacau no sul do estado da Bahia elevou-se 37,83% enquanto a produção apresentou uma elevação de 113,97% (CEPLAC, 1985), demonstrando a importância da cultura do cacau para a região. Grande parte do incremento da área cultivada e da produção deu-se em função da elevação de preços do produto no mercado internacional até o início da década de 1970. A partir desse momento, com a dispersão geográfica da produção, principalmente no sudeste asiático e na África meridional, ocorre um crescimento

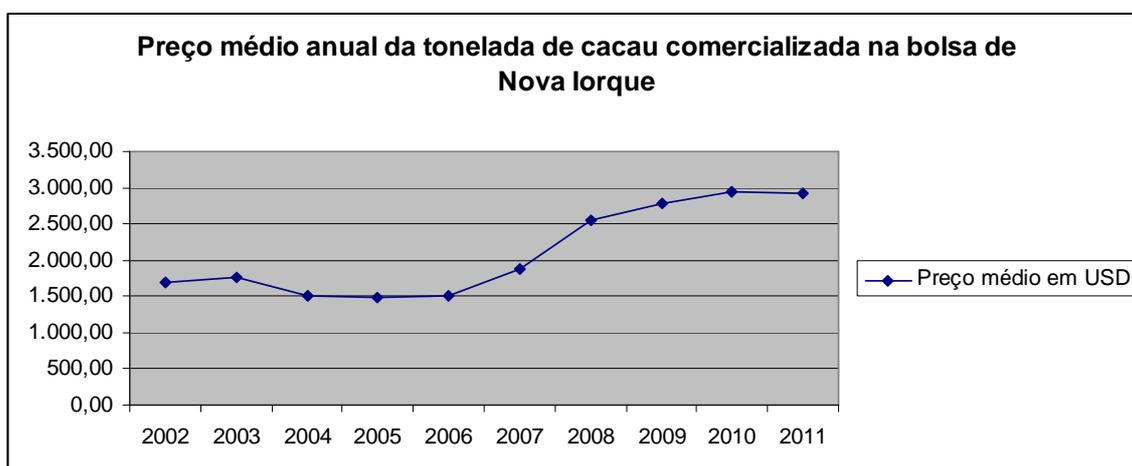
exagerado da oferta do produto e o preço de equilíbrio no mercado internacional despencou, saindo da casa dos 4000 dólares na década de 1970 e chegando a 900 dólares na safra de 1991.

Grande parte dessa defasagem nos preços se deveu ao crescimento mundial da produção, que no período de 1975 a 1992 passou de 1,5 para 2,4 milhões de toneladas (ZUGAIB, 2005) sem que a demanda acompanhasse o crescimento da oferta. Alguns países como a Costa do Marfim apresentaram crescimento até quatro vezes maior que o crescimento da produção brasileira, e conseqüentemente baiana, contribuindo decisivamente para a queda abrupta no nível do preço da tonelada de cacau. Nota-se então que a crise da cacauicultura baiana deveu-se tanto ao fator biológico, pela difusão do fungo causador da vassoura de bruxa a partir do final da década de 1980, como em função da queda no nível de preços do produto no mesmo período. Segundo Araújo (1997), grande parte da variação no valor da produção de cacau no estado da Bahia se deve aos fatores rendimento e área, restando ao efeito preço uma posição em segundo plano sendo, portanto, o efeito decorrente das pragas mais significativo para o declínio que a produção baiana apresentou no período.

Durante o início da década de 1970 e o primeiro quinquênio da década de 1980, quando a produção de cacau apresentou seu auge no sul do estado da Bahia, os principais mercados concorrentes se encontravam em regiões de clima tropical ou equatorial na América do sul (Colômbia e Venezuela) e na África Ocidental (Gana, Nigéria, Costa do Marfim e Camarões) sem constar neste período, a presença de mercados asiáticos como o Vietnã, que só se desenvolveriam a partir da lacuna deixada pelo decréscimo da produção brasileira no final da década de 1980. Segundo dados da Ceplac, durante os últimos 5 anos da década de 1960 a produção total de cacau do período foi de 774.090 toneladas, com uma média de 154.818 toneladas anuais. No primeiro quinquênio da década seguinte a produção alcança a marca de 921.995 toneladas com uma produtividade média de 184.399 toneladas/ano. Esta década se mostra histórica, entretanto, pelo estímulo dado ao produtor mundial e nacional de cacau em função do preço da commodity. Entre os anos de 1974 e 1977 o preço do cacau no mercado internacional salta de 1.331 dólares a tonelada para 3.632 dólares, isso representa uma elevação de 272,88 pontos percentuais. Variáveis pró-cíclicas retardadas como o ratio (razão entre estoques e consumo do bem), elevam seus valores nos anos seguintes influenciados pelas

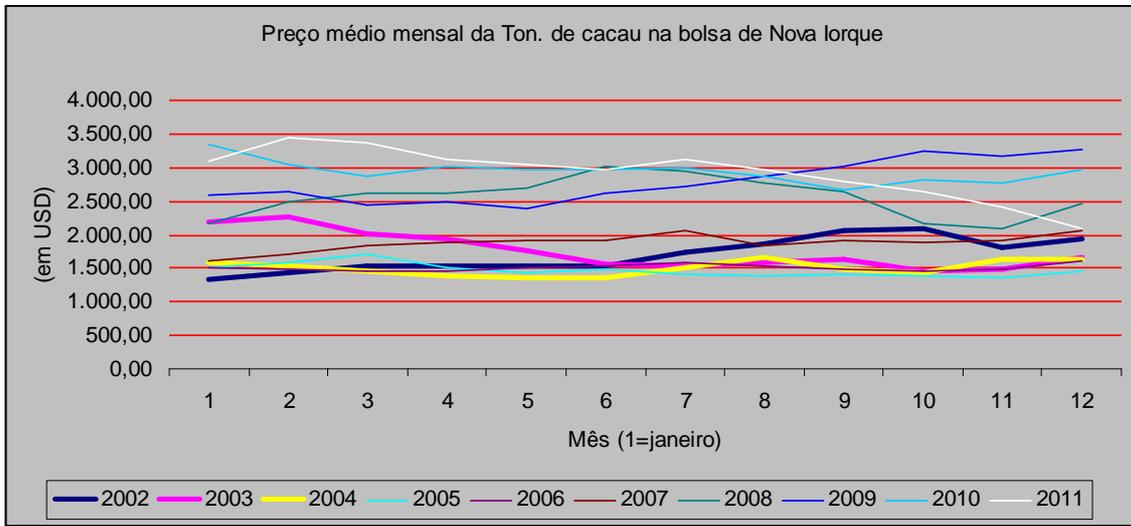
constantes altas dos preços do período anterior e chegam a atingir 49,5 na safra de 1981/1982, quando antes da elevação de preços da tonelada de cacau representava apenas 25,1, o que reflete uma elevação do preço do produto como consequência de um estoque forçado. Os reflexos desta elevação de estoques em relação ao consumo seriam sentidos na década seguinte, tanto em relação à redução de preços quanto a elevação na produção de forma concomitante, visto que estas duas variáveis, apesar de estarem contidas dentro de um mesmo mercado, se aplicam a elementos diferentes do mercado, separando expectativas, por parte dos produtores, e relação oferta e demanda, por parte do mercado em si.

Figura 1: Preço médio anual da tonelada de cacau na bolsa de Nova Iorque



Fonte: Elaboração própria com dados de relatórios de acompanhamento mensal dos preços de cacau na bolsa de Nova Iorque, Ceplac.

Figura 2: Preço médio mensal da tonelada de cacau na bolsa de Nova Iorque.



Fonte: Elaboração própria com dados de relatórios de acompanhamento mensal dos preços de cacau na bolsa de Nova Iorque, Ceplac.

A crise que se instalara no final dos anos 1980 se consolida ao longo da década de 1990. A cultura se deteriora ainda mais e no início da década de 1990 a “vassoura de bruxa”, nome popular para o fungo amazônico *Moniliophthora Perniciosa*, se torna um problema econômico de grandes proporções. Neste cenário de disseminação da doença a produção brasileira sai então do patamar de exportadora líquida de cacau, visto que a produção brasileira sempre esteve acima da capacidade de processamento, para importadora a partir do ano de 1997, refletindo a importância do cacau baiano no cenário nacional. Até o ano de 1990 o Brasil ocupava a posição de nono produtor mundial de cacau, mas já sentia o volume de produção caindo desde meados da década passada. Com a disseminação da doença a produção brasileira abandona a nona posição no comércio internacional com 256,3 mil toneladas em 1990 para atingir a décima sétima posição, segundo dados da ICCO (2007), com uma produção que atinge 170,7 mil toneladas em 2003.

A partir do movimento descendente da produção nacional a receita de exportações da commodity entrou em declínio constante. Entre os anos de 1985 e 1989 a taxa média de decréscimo das exportações baianas, em valores monetários absolutos, de 108.712,25 milhares de dólares por ano. Entre os anos de 1990 e 1994 este índice absoluto cai para 4.995,25 milhares de dólares,

permanecendo em um patamar constante em termos de valor geral das exportações, mesmo que a composição tenha sofrido algumas pequenas variações, ainda que também sutis. Em termos percentuais com base no ano de 1985 (ano de maior produção nacional em toda a história) as reduções representaram um total de 54,15% até o ano de 1989, perfazendo um total relativo de queda de aproximadamente 11% ao ano. Entre os anos de 1990 e 1994 o valor bruto da produção brasileira permanece constante, com uma queda de apenas 7,2% no período e apresentando uma redução de 1,42% ao ano no período.

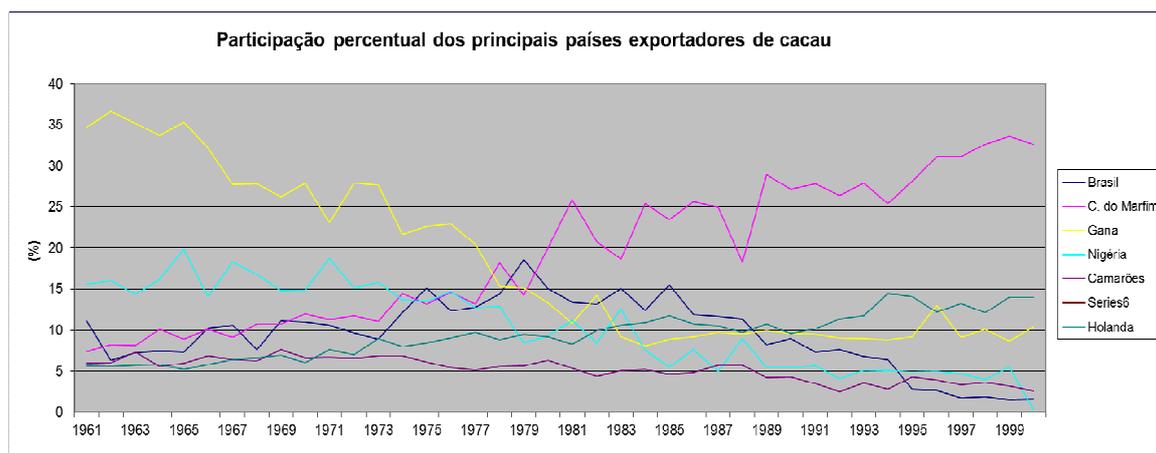
Dentro deste período analisado, que vai de 1985 até 1994, a participação brasileira no mercado mundial de cacau vem sofrendo significativas reduções por três distintos motivos. O primeiro deles é a elevação da produção mundial, o segundo diz respeito às reduções na produção global de cacau nacional e estadual, e em terceiro lugar pela queda no preço internacional da commodity, o que desestimulou ainda mais a retomada da produção. No ano de 1990 a produção brasileira representava 8,92% de market-share, caindo para 2,76% em 1995, sofrendo uma redução de 6,16 pontos percentuais absolutos ou 69,06% em termos relativos. No gráfico e na tabela a seguir vemos a queda da participação brasileira no mercado internacional de cacau, com uma perda de participação da ordem de 13,43% dos 15,04% em 20 anos, entre os anos de 1980 e 2000:

Quadro 1: Participação dos principais exportadores de cacau no mercado internacional.

Participação dos principais países exportadores no mercado internacional de cacau*											
Anos	Brasil	C. do Marf	Equador	Gana	Nigéria	Camarões	Indonésia	Malásia	Bélgica	Holanda	Mercado
1980	15.04	20.02	4.62	13.32	9.22	6.3	0.92	2.28	0.21	9.15	81.08
1981	13.35	25.86	3.27	10.83	11.17	5.34	0.88	2.62	0.37	8.27	81.96
1982	13.15	20.75	4.7	14.17	8.42	4.34	1.24	3.49	0.4	9.91	80.56
1983	15.07	18.65	1.86	9.16	12.56	5.03	1.39	3.68	0.44	10.63	78.47
1984	12.41	25.41	3.58	8.03	7.5	5.22	1.25	4.07	0.43	10.91	78.8
1985	15.47	23.46	4.09	8.9	5.51	4.58	1.49	4.7	0.41	11.72	80.33
1986	11.87	25.66	3.56	9.18	7.58	4.78	1.52	5.56	0.29	10.72	80.72
1987	11.65	24.94	2.69	9.7	4.94	5.72	1.73	7.74	0.27	10.5	79.87
1988	11.33	18.25	3.02	9.48	8.96	5.73	2.49	8.9	0.26	9.7	78.13
1989	8.21	28.94	2.81	9.93	5.45	4.21	2.7	7.47	0.4	10.73	80.86
1990	8.92	27.14	3.6	9.56	5.42	4.31	4.02	7.5	0.56	9.54	80.56
1991	7.31	27.83	3.07	9.49	5.67	3.45	4.95	7.19	0.37	10.18	79.52
1992	7.58	26.37	2.12	9.02	4.08	2.48	6.31	6.83	0.36	11.36	76.51
1993	6.78	27.87	2.3	8.94	5.12	3.57	7.22	6.57	0.47	11.71	80.55
1994	6.39	25.4	2.59	8.83	5.04	2.8	7.8	5.63	0.41	14.43	79.32
1995	2.76	28.12	3.09	9.21	4.93	4.26	8.16	4.69	0.61	14.05	79.89
1996	2.63	31.08	2.76	13	4.98	3.88	8.73	3.12	0.25	12.16	82.59
1997	1.73	31.14	2.22	9.09	4.7	3.34	7.95	3.41	1.2	13.26	78.05
1998	1.92	32.61	0.7	10.1	4	3.61	9.72	2.71	1.73	12.14	79.26
1999	1.5	33.55	2.34	8.63	5.47	3.19	10.27	2.92	0.87	14	82.73
2000	1.61	32.6	1.93	10.4	0.29	2.55	10.06	2.81	1.81	13.98	78.05

Adaptado de: Targino e Ramalho (2003)

Figura 3: Variação percentual dos principais produtores de cacau no mercado internacional.



Elaboração própria com base na tabela de Targino e Ramalho (2003)

A partir da década de 1990 o processo de redução da lavoura se intensifica em função da queda do preço do final da década passada e da redução na área plantada, em grande parte graças à vassoura de bruxa. Os dados relativos ao período divergem em número quando tratamos de órgãos nacionais e internacionais. Segundo a ICCO a produção brasileira de cacau foi de 406,4 mil toneladas na safra de 1984/85 e na safra de 1999/2000 esse valor foi de 105,4 mil toneladas. O gráfico a seguir demonstra a variação na produção brasileira de cacau entre os anos de 1975 e 2000 e a vertiginosa queda na produção ao longo da década de 1990.

Quadro 2: variação da produção brasileira de cacau entre 1974 e 2004.

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CACAU		
2.2 - Produção Brasileira de Cacau em Amêndoas – AAI 1974/75 a 2003/04		
Períodos	Em Sacos 60 Kg	Em Mil Toneladas
1974/75	4,425,000	265.5
1975/76	4,185,000	251.1
1976/77	3,770,000	226.2
1977/78	4,655,000	279.3
1978/79	5,156,667	309.4
1979/80	4,920,000	295.2
1980/81	5,883,333	353
1981/82	5,175,000	310.5
1982/83	5,571,667	334.3
1983/84	4,935,000	296.1
1984/85	6,773,333	406.4
1985/86	6,103,333	366.2
1986/87	5,960,000	357.6
1987/88	6,376,667	382.6
1988/89	5,401,667	324.1
1989/90	5,798,333	347.9
1990/91	6,135,000	368.1
1991/92	5,103,333	306.2
1992/93	5,143,333	308.6
1993/94	4,711,667	282.7
1994/95	3,750,000	225
1995/96	3,845,000	230.7
1996/97	3,083,333	185
1997/98	2,833,333	170
1998/99	2,300,000	138
1999/2000	1,756,731	105.4
2000/01	2,485,449	149.1

Adaptado de: Quarterly Bulletin of Cocoa Statistics. Volume XXVIII – Nr.1 – 2003/2004

Segundo dados da FAO, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, em 1985 a produção brasileira atinge uma marca de 430,789 mil toneladas, enquanto em 1999 a produção atinge sua menor marca, chegando a 205,003 mil toneladas. Estes mesmos dados ainda são convergentes para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – (IPEADATA), e para o IBGE (1990).

Existe uma pequena diferença apresentada entre órgãos nacionais (IBGE e IPEA) e estaduais (SEI) no tocante a produção baiana do período mencionado, algo em torno de 10%, isso principalmente em função da forma de obtenção dos dados, onde, enquanto a SEI e a Secretaria de Agricultura (e a CONAB) se baseiam no ano-safra, que vai de agosto a julho do ano seguinte, os órgãos nacionais maiores, como IBGE e IPEA consideram o ano cronológico convencional. Essa discrepância entretanto, se torna muito baixa no ano de 1999, considerado um marco para a menor produção brasileira e baiana de cacau da história. A participação baiana neste cenário sempre foi diretamente proporcional, de forma que, no ano de 1999 a produção baiana foi de apenas 98,61 mil toneladas, segundo dados da Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) para uma produção nacional de 123 mil toneladas segundo o órgão no mesmo período.

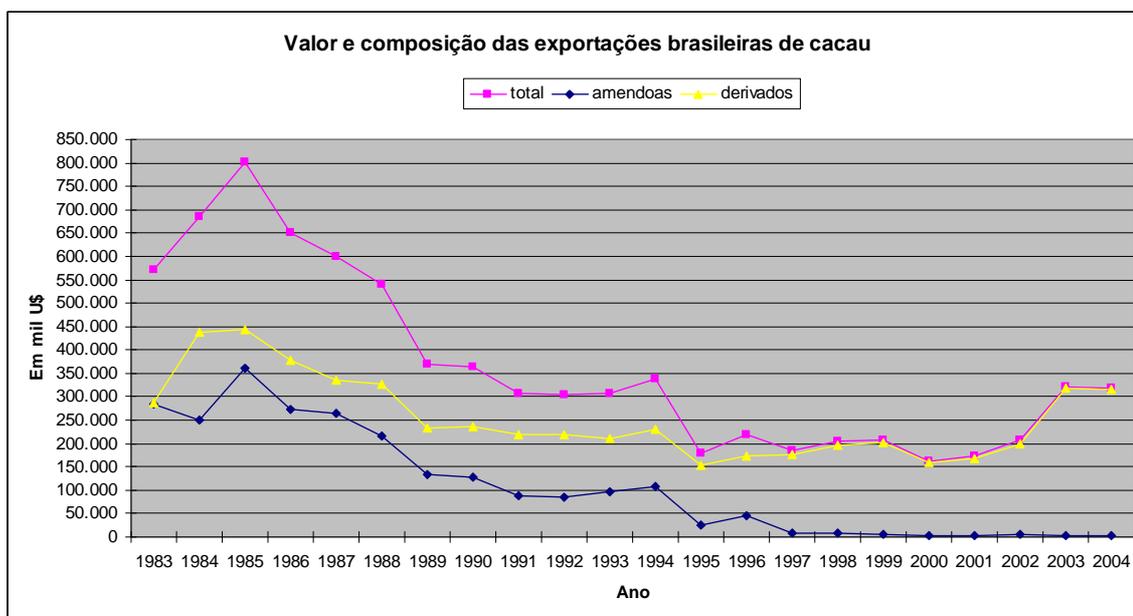
Quadro 3: produção e comércio exterior de cacau entre os anos de 1990 e 2001

	Produção	Produção			Prod Brasil +	Moagem
Ano/safra	Bahia	Brasil	Importação	Exportação	Import - Export	Brasil
1990/1991	356,327	384,327	0	111,952	272,375	224,884
1991/1992	253,796	280,796	0	67,688	213,108	205,744
1992/1993	245,997	271,997	2,171	88,805	185,363	190,552
1993/1994	294,775	319,775	1,402	105,422	215,755	219,770
1994/1995	234,504	257,504	8,278	67,841	197,941	190,843
1995/1996	160,390	181,390	259	15,345	166,304	173,687
1996/1997	177,315	199,815	29,501	29,026	200,290	179,812
1997/1998	152,381	180,049	23,765	5,550	198,264	182,458
1998/1999	134,383	164,750	20,886	4,171	181,465	188,092
1999/2000	98,617	123,006	85,102	3,888	204,220	199,487
2000/2001	105,454	129,347	60,865	2,064	188,148	194,068

Fonte: CEPLAC/Cacaunet

O crescimento econômico sentido pela região sul do estado da Bahia no período compreendido entre os anos de 1961 e 1990 trouxe grande concentração de riqueza, mas como em quase todos os ciclos econômicos nacionais, não reverberou no campo do desenvolvimento econômico. Esta falta de diversificação teria um grande efeito na década de 1990. Com uma economia inteiramente dependente do mercado cacauero exportador primário e sem a presença de beneficiamento, as sucessivas quedas de produção levaram toda a região a entrar em profunda crise. O gráfico a seguir demonstra o comportamento das exportações de cacau e derivados totais entre os anos de 1983 e 2004.

Figura 4: Valor e composição das exportações brasileiras de cacau



Fonte: composição própria a partir de dados da MDIC/SECEX

2.2 EVOLUÇÃO DO MERCADO MUNDIAL DE CACAU

A análise do histórico da produção internacional de cacau se mostra de vital importância para o entendimento do processo de crescimento e queda da produção nacional. Apesar de ter se tornado o maior exportador mundial de cacau no ano de 1979, com uma participação de 18,58% do mercado exportador mundial (FAO), essa participação foi alcançada com pequenos incrementos percentuais na produção de anos anteriores. Isso indica que a liderança nacional na exportação mundial se deveu, em grande parte, ao declínio das exportações de países tradicionalmente exportadores, como Gana, Costa do Marfim e Nigéria. Em 1962 Gana era maior produtora mundial de cacau com um market-share de 36,61% no mercado mundial, posição que era superior a soma dos três seguintes exportadores juntos, posições ocupadas por Nigéria, Costa do Marfim e Brasil respectivamente. Os motivos para o decréscimo da produção de Gana desde o final da década de 1970 guardam semelhanças em relação aos brasileiros e baianos; doenças na lavoura, falta de financiamento e baixa tecnologia. Enquanto Gana abandonou a dianteira das exportações mundiais saindo de 36,21% de market-share em 1961 para apenas 10,4% em 2000 o Brasil perdeu os mesmos 20% de participação de 1979 para o ano 2000 (FAO, 2012). As causas desse decréscimo no mercado exportador brasileiro serão melhor estudados ao longo do trabalho.

A década de 1980 apresentou características que marcariam profundamente o mercado internacional exportador de cacau e derivados e teriam seus reflexos sentidos em toda economia baiana. Nesta década o Brasil começa a perder espaço para duas outras nações, Holanda e Gana, que neste momento inicia um curto processo de retomada da sua produção, além de outras nações africanas como Costa do Marfim e Nigéria. A primeira entre as duas primeiras nações citadas, Gana, não oferece nenhuma surpresa para o estudo, visto que já ocupara anteriormente a posição dianteira das exportações mundiais, entretanto a Holanda, aproveitando uma lacuna tecnológica do mercado, se torna uma das maiores exportadoras de derivados de cacau a partir do beneficiamento das amêndoas importadas por países africanos. Este movimento de beneficiamento e agregação de valor a amêndoa através da moagem veio se consolidando desde os primeiros anos da década de 1950. Nota-se que isto só se tornou possível graças à falta de uma estratégia de crescimento e desenvolvimento regional que poderia ter sido sustentada pela base forte de exportação do cacau. A falta de dinamização e diversificação da economia baiana em

função do cacau tornou possível o crescimento das exportações de derivados de cacau por países europeus a partir do beneficiamento das amêndoas importadas. Entre os anos de 1961 e 2000 as exportações de derivados de cacau por parte da Holanda saíram de 5,63% de todos o mercado mundial, para 13,98%, segundo dados da FAO. Neste mesmo período, os preços do cacau no mercado internacional apresentaram as maiores quedas na história da commodity, chegando a valer apenas 1193 dólares a tonelada, uma perda de 43,14% do valor nominal em apenas uma década, o que provavelmente se mostrou uma das causas para a falta de investimento estadual e nacional no mercado, bem como a falta de crédito ao produtor.

Existe consenso entre autores em relação aos motivos da queda no preço internacional do cacau na década de 1980. Para Zugaib (2006), Ramalho e Targino (2003) e Araújo (2007) entre outros, os três principais motivos foram: a superprodução da costa africana, o aumento do ratio e a manipulação do mercado, este profundamente oligopolizado por parte dos processadores mundiais de amêndoas.

O período de 1991/2000 pode ser considerado uma época trágica para o Brasil. Em 1991, o país tinha uma participação de mercado de 7,31%, isto é, uma taxa muito inferior às registradas nos períodos de 1971/80 e 1981/90. Os dados mostram que no período de 1991/2000, essa taxa de participação decresceu de forma jamais vista, chegando em 1999 numa taxa crítica de apenas 1,50%. Dentre os fatores internacionais que corroboraram para a queda do “*market share*” brasileiro, destacam-se: (i) a superprodução da costa africana e seu impacto sobre preço da amêndoa; (ii) a manipulação dos principais processadores mundiais sobre o preço de comércio do cacau (RAMALHO; TARGINO, 2003, p.11):.

A queda no preço internacional do cacau serviu como um golpe de misericórdia para a produção estadual e nacional. A crise instalada desde na década de 1980 e sentida de forma mais abrupta durante os primeiros 5 anos da década de 1990 gerou impactos consideráveis na economia regional e, com o menor patamar de preços alcançados em 1992 (994 dólares a tonelada), desestimulou a plantação e a produção por consequência (NEW YORK STOCK EXCHANGE). A retomada nos preços da commodity se iniciam no ano seguinte, alcançado o patamar dos 1500 dólares em 1998 para novamente entrar em crise e alcançar o menor patamar da história abaixo dos 800 dólares a tonelada.

A volatilidade se torna portanto, uma das causas principais para o abandono do cultivo do cacau, com decréscimos constantes na área produzida, o que impossibilita a grande exportação alcançada em tempos anteriores. O caminho encontrado a partir do início dos anos 2000 viria pelo incremento do valor agregado ao produto cacau. Seja via diferenciação, seja via industrialização e abandono da exportação da commodity em detrimento da exportação de bens beneficiados.

3 IMPORTAÇÕES DE CACAU VIA DRAWBACK

3.1 IMPORTAÇÕES VIA DRAWBACK E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A MODIFICAÇÃO DO PERFIL DAS EXPORTAÇÕES DE CACAU E DERIVADOS

O regime de importações via drawback tem por finalidade aumentar a competitividade nacional assegurando um menor preço dos insumos de bens destinados à exportação, mantendo viável a produção nacional no mercado internacional.

O regime aduaneiro especial de drawback, instituído em 1966 pelo Decreto Lei nº 37, de 21/11/66, consiste na suspensão ou eliminação de tributos incidentes sobre insumos importados para utilização em produto exportado. O mecanismo funciona como um incentivo às exportações, pois reduz os custos de produção de produtos exportáveis, tornando-os mais competitivos no mercado internacional (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2013).

Existem três diferentes modalidades de importação via drawback no Brasil, são elas; a isenção, suspensão e restituição. Em desuso desde o final da década de 1990, a modalidade de restituição praticamente não é mais utilizada, sobrando apenas a suspensão e a isenção. A primeira entre as três, a isenção, consiste em tornar a importação isenta de qualquer tributo relativo à importação de mercadorias, transformando a transação internacional em uma transação isenta de impostos de importação para insumos que serão utilizados na confecção de bens destinados à exportação. A segunda entre as três, a suspensão, se iguala à primeira, entretanto se dá de maneira temporária. A diferença entre as duas modalidades importantes e usuais, isenção e suspensão, se dá em função do projeto de exportação da empresa exportadora. Na modalidade de suspensão a empresa já possui um planejamento quantitativo, e desta forma, importa os bens relativos à produção com suspensão dos tributos referentes aos mesmos pelo período que mantiver a intenção de importar para beneficiar produtos que futuramente serão exportados. Na modalidade de isenção, a empresa faz a primeira, ou as primeiras, importações sem o benefício da suspensão dos tributos de importação e, após a confirmação e comprovação da finalidade de importação para beneficiamento com vistas à exportação a empresa pode requerer a importação com isenção de tributos para reposição de estoque (MDE, 2012).

Outro ponto importante relativo ao regime de drawback para importações se refere à destinação e inserção do produto importado. Este deve ser inserido completamente na produção, não abrindo margens à redução de outros custos de produção senão aos quantitativos estritos a insumos. A este tópico a Receita Federal chama de “Vinculação Física” dos produtos importados. Este se torna um tópico importante para o presente estudo, uma vez que, as empresas que utilizam este regime de importação reduzem seus custos em nome dos benefícios gerados por uma balança comercial mais favorável.

Este meio de importação de bens teve por finalidade de criação a elevação da competitividade em setores industriais da economia brasileira. No momento em que o decreto de lei foi promulgado, no ano de 1966, o Brasil passava por uma crise econômica decorrente de processos políticos (golpe militar de 1964), onde uma das formas encontradas pelo então governo para a tentativa de retomada do crescimento econômico e industrialização do governo Jânio Quadros foi à redução do preço dos insumos industriais.

Nos 30 anos que se seguiram após a promulgação deste decreto o Brasil se fortaleceu como um exportador de cacau em amêndoas, chegando em 1979 ao patamar de maior exportador mundial de cacau em amêndoas, com uma participação de 18,58% do mercado (RAMALHO; TARGINO 2003) e, na época, com grandes perspectivas de crescimento da produção, o que chegou a se confirmar na safra de 1985.

Entretanto, alguns fatores combinados como o avanço da vassoura de bruxa, que se instalara nas plantações nos últimos anos da década de 1980, e a queda do preço internacional do cacau, levaram a produção aos seus menores patamares durante o primeiro quinquênio da década de 1990. Neste contexto o Brasil passou de exportador líquido de cacau em amêndoas para importador da commodity para atender as necessidades da indústria moageira nacional, instalada deste os tempos áureos da produção da década de 1980. No ano de 1997 o Brasil produziu apenas 180.049 toneladas de cacau e a indústria nacional moageira processou, através de importações, 182.458 toneladas, provocando um déficit de 2.409 toneladas (ZUGAIB et al., 2006).

Apesar da diferença entre produção e moagem só se tornar negativa no ano de 1997, desde 1992 o Brasil importa cacau em amêndoas em quantidades crescentes como é possível visualizar na tabela abaixo.

Quadro 4: Superávit e déficit em função das importações via drawback

Ano/safra	Produção	Produção	Importação	Exportação	Prod Brasil	Moagem	Sup/Def	Sup/Def
	Bahia	Brasil			Import - Exp	Brasil	Antes Imp	Depois Imp
1990/1991	356.327	384.327	0	111.952	272.375	224.884	47.491	47.491
1991/1992	253.796	280.796	0	67.688	213.108	205.744	7.364	7.364
1992/1993	245.997	271.997	2.171	88.805	185.363	190.552	-7.36	-5.189
1993/1994	294.775	319.775	1.402	105.422	215.755	219.77	-5.417	-4.015
1994/1995	234.504	257.504	8.278	67.841	197.941	190.843	-1.18	7.098
1995/1996	160.39	181.39	259	15.345	166.304	173.687	-7.642	-7.383
1996/1997	177.315	199.815	29.501	29.026	200.29	179.812	-9.023	20.478
1997/1998	152.381	180.049	23.765	5.55	198.264	182.458	-7.959	15.806
1998/1999	134.383	164.75	20.886	4.171	181.465	188.092	-27.513	-6.627
1999/2000	98.617	123.006	85.102	3.888	204.22	199.487	-80.369	4.733
2000/2001	105.454	129.347	60.865	2.064	188.148	194.068	-66.785	-5.92
2001/2002	129.329	157.209	32.996	3.204	187.001	179.605	-25.6	7.396
2002/2003	101.118	130.334	75.461	3.285	202.51	190.394	-63.345	12.116
2003/2004	144.195	175.567	40.1	1.676	213.991	206.117	-32.226	7.874
2004/2005	122.344	170.8	47.303	983	217.12	201.474	-31.657	15.646
2005/2006	139.584	164.773	53.695	1.035	217.433	215	-51.262	2.433
2006/2007	110.244	137.946	74.712	397	212.261	220	-82.451	-7.739
2007/2008	104.681	142.974	69.643	764	211.853	225	-82.79	-13.147

Fonte: CEPLAC – Cacaunet.

As cinco maiores empresas processadoras de cacau no Brasil; Cargill, ADM, Barry Callebaut, Delfi Cacau e Indeca, todas representadas pela Associação da Indústria Produtora de Cacau – AIPC – detêm cerca de 90% de toda a capacidade processadora do país e, entre elas, as quatro primeiras se configuram como empresas multinacionais com fábricas de processamento e beneficiamento no sul do estado da Bahia e apenas a Indeca, de capital nacional, se situa fora do estado da Bahia (ZUGAIB et al, 2008).

A realidade é que hoje ainda há um déficit no mercado interno de cerca de 50.000 toneladas e as indústrias continuam a utilizar a importação, como meio de suprir suas indústrias já que a prática da renovação dos cacauais através da clonagem não conseguiu aumentar a produção a níveis de suplantar as moagens internas. Mais ainda, os industriais conseguiram implementar um mecanismo de comércio exterior, denominado Drawback, que se caracteriza como um incentivo concedido às empresas fabricantes-exportadoras, que permitem importar, livre do pagamento de tributos e taxas, itens destinados a integrar um produto final, por transformação, beneficiamento ou composição, com a condição básica deste ser exportado (ZUGAIB et. al., 2008).

Atualmente a produção nacional ainda não se mostra suficiente para atender a demanda interna de processamento e beneficiamento, com déficits crescentes e capacidade produtiva processadora ociosa. Apesar do ágio pago às amêndoas importadas, em sua maior parte africanas, muito em função do custo de transporte das mercadorias, a concorrência se mostra um grave problema para o produtor local. O não pagamento de impostos leva a uma redução do preço de importação e a uma queda do preço pago ao cacau nacional.

Entretanto, em função do custo logístico entre outros custos, o preço pago ao produtor nacional sempre foi acrescido de um ágio maior que a média internacional, dessa forma, o preço nacional, na atual situação do mercado, esta se aproximando do preço internacional com uma redução do ágio pago ao produtor.

Sendo o objetivo do sistema drawback muito claro, a redução dos custos do produto final em vista da elevação da competitividade, os meios destes objetivos se mostram também muito importantes. Desta forma, a utilização destes insumos importados a preços menores que os nacionais levam a duas consequências econômicas mais evidentes. A primeira diz respeito a indústria moageira, que na qualidade de exportadora, traz uma benefício para a economia pois além de contribuir para o superávit da balança comercial brasileira, auxilia na mudança na tendencia de reprimarização que a economia brasileira vem passando nos ultimos anos. Uma segunda consequencia deste ato de importação sem o devido recolhimento de impostos diz respeito a uma redução no incentivo ao produtor rural. Este último, vendo reduzido o benefício ao produtor, representado em função da redução dos lucros, se vê obrigado a se adequar a este novo cenário, se tornando mais competitivo. A grande questão deixada pela importação de amêndoas pelo regime de drawback é: a industria moageira nacional, ao exportar os insumos apos o

beneficiamento possibilita um maior ganho para o país em detrimento de toda uma parcela produtiva da sociedade representada pelo produtor rural?

Contudo, nota-se que grande parte da resposta a esta pergunta também se encontra no preço internacional da *commodity*, que em estando elevado, influencia e estimula o produtor nacional a aumentar a área plantada na expectativa de melhores resultados financeiros.

A análise da formação de preços sobre o comércio brasileiro e mundial requer uma observação profunda sobre mercados futuros e volumes de negociação desta *commodity* nas bolsas de valores mundiais. Como o presente trabalho se propõe apenas a desenhar o panorama da modificação da composição da exportação dos derivados do cacau durante a primeira década do século XXI, não empreenderemos muitos esforços na busca por fatores que explicam a formação de preços deste produto no comércio internacional.

De forma geral o mercado de produtos agrícolas está sujeito a fortes variações de preços e esta é uma de suas principais características em relação a outros mercados. Entretanto, segundo Amin (apud ZUGAIB; SANTOS; MIDDLEJ, 2006) em seu artigo: “ A ação especulativa dos fundos Hedge e de commodities nos mercados futuros de cacau”, o cacau é a *commodity* que apresenta maior instabilidade de preços em reação em mercados futuros. Grande parte desta instabilidade tem dois fatores de maior impacto; o primeiro deles é a formação de um processo de incremento de valor ao produto pertencente a um mercado oligopolista; e o segundo fator é o volume especulativo deste mercado, chegando a quatro vezes o valor real de mercado de toda a produção mundial (ZUGAIB; SANTOS; MIDDLEJ, 2006).

Dentro deste cenário de formação externa de preços e alto desequilíbrio entre oferta e demanda e entre a capacidade de estoque e moagem, o preço se torna demasiado volátil. Para alguns autores o preço médio do cacau no mercado internacional é, entre todas as commodities transacionadas na bolsa de futuros, a que maior apresenta desmedida relação entre o volume médio da produção e o volume de transações especulativas. Para Amin (2008), o volume médio de transações efetuadas com essa *commodity* chegou a 400% do total da produção mundial no ano anterior ao estudo (2007), de forma que trabalhar com um produto agrícola de tamanha volatilidade se torna um

risco para o produtor e para todas as cadeias que dependem direta ou indiretamente dessa economia.

Muito em função dessa alta volatilidade de preços, o cacau apresentou uma variação de 100% no valor de mercado em apenas 10 anos (período compreendido entre os anos de 1999 ate o ano de 2008) enquanto a maioria das commodities apresentou variação percentual média de apenas 30% no mesmo período, o que representa, para o produtor uma incerteza que desestimula a produção e, torna a retomada do volume de produção uma complexa e passível de incentivos governamentais para balancear o processo de drawback. Na tabela a seguir é possível visuzlizar a variação na cotação internacional da tonelada de cacau, um dos fatores para a elevação da incerteza para o produtor rural.

Quadro 5: Cotação mensal e média anual da cotação da tonelada de cacau na bolsa de Nova Iorque.

COTAÇÃO DA TONELADA DE CACAU NA BOLSA DE NOVA IORQUE/EUA (US\$/T

Ano/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	MÉDIA
1982	2.112,00	1.991,00	1.865,00	1.673,00	1.634,00	1.490,00	1.499,00	1.484,00	1.614,00	1.561,00	1.464,00	1.567,00	1.662,83
1983	1.704,00	1.870,00	1.786,00	1.803,00	1.991,00	2.216,00	2.211,00	2.220,00	2.061,00	2.015,00	2.145,00	2.458,00	2.040,00
1984	2.537,00	2.423,00	2.471,00	2.474,00	2.601,00	2.385,00	2.145,00	2.138,00	2.255,00	2.200,00	2.194,00	2.083,00	2.325,50
1985	2.165,00	2.200,00	2.172,00	2.176,00	2.064,00	2.017,00	2.121,00	2.185,00	2.260,00	2.260,00	2.194,00	2.275,00	2.174,08
1986	1.903,00	1.883,00	1.938,00	1.995,00	1.993,00	1.929,00	2.055,00	1.864,00	1.929,00	1.854,00	1.870,00	1.823,00	1.919,67
1987	1.852,00	1.828,00	1.919,00	1.941,00	1.932,00	1.898,00	2.012,00	1.950,00	1.877,00	1.828,00	1.874,00	1.778,00	1.890,75
1988	1.902,00	1.686,00	1.560,00	1.544,00	1.633,00	1.558,00	1.581,00	1.358,00	1.199,00	1.278,00	1.394,00	1.449,00	1.511,83
1989	1.423,00	1.560,00	1.504,00	1.336,00	1.228,00	1.135,00	1.296,00	1.193,00	1.080,00	1.004,00	935,00	993,00	1.223,92
1990	967,00	984,00	1.014,00	1.282,00	1.378,00	1.246,00	1.191,00	1.176,00	1.275,00	1.209,00	1.230,00	1.194,00	1.178,83
1991	1.166,00	1.129,00	1.138,00	1.072,00	997,00	955,00	935,00	1.040,00	1.181,00	1.226,00	1.100,00	1.265,00	1.100,33
1992	1.206,00	1.105,00	1.032,00	944,00	889,00	837,00	965,00	1.050,00	1.005,00	968,00	980,00	949,00	994,17
1993	930,00	914,00	898,00	944,00	900,00	870,00	960,00	975,00	1.065,00	1.152,00	1.182,00	1.230,00	1.001,67
1994	1.138,00	1.103,00	1.202,00	1.137,00	1.307,00	1.329,00	1.498,00	1.390,00	1.324,00	1.303,00	1.291,00	1.272,00	1.274,50
1995	1.328,00	1.366,00	1.357,00	1.357,00	1.323,00	1.318,00	1.363,00	1.300,00	1.290,00	1.298,00	1.342,00	1.291,00	1.327,75
1996	1.264,00	1.268,00	1.362,00	1.329,00	1.386,00	1.380,00	1.355,00	1.360,00	1.354,00	1.377,00	1.337,00	1.361,00	1.344,42
1997	1.336,00	1.282,00	1.309,00	1.428,00	1.435,00	1.564,00	1.561,00	1.510,00	1.668,00	1.651,00	1.604,00	1.643,00	1.499,25
1998	1.579,00	1.534,00	1.625,00	1.635,00	1.708,00	1.582,00	1.576,00	1.541,00	1.546,00	1.524,00	1.483,00	1.435,00	1.564,00
1999	1.350,00	1.310,00	1.201,00	1.096,00	945,00	1.085,00	1.010,00	947,00	966,00	936,00	833,00	827,00	1.042,17
2000	841,00	760,00	843,00	816,00	808,00	827,00	840,00	774,00	814,00	781,00	725,00	728,00	796,42
2001	901,00	1.096,00	1.054,00	1.007,00	1.029,00	932,00	933,00	985,00	960,00	1.045,00	1.202,00	1.292,00	1.036,33
2002	1.342,00	1.437,00	1.530,00	1.535,00	1.547,00	1.542,00	1.748,00	1.859,00	2.072,00	2.086,00	1.799,00	1.946,00	1.703,58

Fonte: Elaboração própria com dados obtidos na New York Stock Exchange

4 A MODIFICAÇÃO NO PERFIL DAS EXPORTAÇÕES DE CACAU E DERIVADOS ENTRE OS ANOS DE 2001 E 2010

4.1 A MODIFICAÇÃO NO PERFIL DAS EXPORTAÇÕES DE CACAU E DERIVADOS ENTRE OS ANOS DE 2001 E 2010

Para a indústria cacauceira alguns marcos foram fundamentais para o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva. Entre eles podemos citar a construção da BR 101 no início da década de 1970, que serviu como meio de escoamento da produção através de uma malha viária que cortaria a região sul do estado da Bahia e a reestruturação do porto de Ilhéus, passando a ser internacional, também no início da década de 1970 (MARINHO, 2003). Um outro ponto fundamental e anterior aos dois primeiros foi a criação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), em 1957, que aliou planejamento estratégico e o desenvolvimento de tecnologias para o melhoramento genético e desenvolvimento da produção.

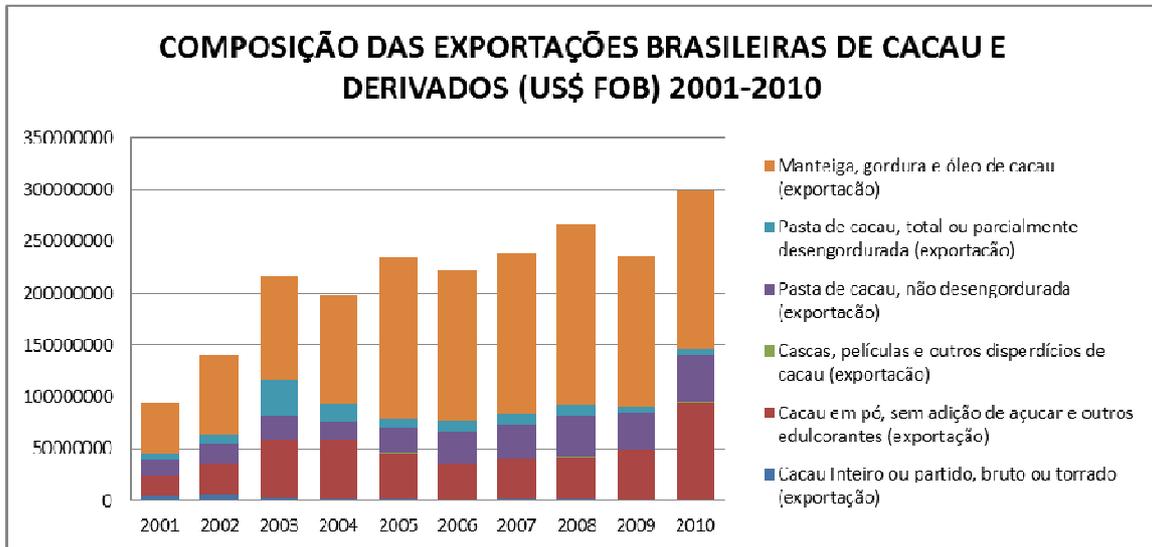
Grande parte da importância dada ao cacau, tanto de forma regional no eixo Itabuna-Ilhéus, como no âmbito nacional, englobando o estado do Pará, Bahia e Amazonas, se deu em função da elevação do preço internacional a partir de 1960, o que propiciou uma considerável elevação de divisas. A consolidação da base exportadora no estado da Bahia já havia se consolidado desde meados da década de 1960, não conseguindo entretanto, dinamizar sua economia, mantendo a base exportadora sem no entanto dinamizar a economia (MARINHO, 2003).

Entretanto, a maior parte dos estudos relacionados ao volume da produção e exportação nacionais se concentram em quantidades e valores sem, no entanto, mencionar a variação no perfil das exportações nacionais. Esta variação no perfil das exportações brasileiras de cacau e derivados foi responsável, de certo modo, pela permanência de valores relativamente constantes no valor bruto das exportações (com exceção da crise do final dos anos 1990). O movimento de ascensão das importações brasileiras de cacau via drawback coincide com a elevação do preço pago ao produtor, que entre 2002 e 2003 sofreu uma elevação considerável em função de problemas políticos no maior produtor mundial do produto, Costa do Marfim. Em 2007, com a crise

financeira mundial iniciada nos Estados Unidos, o valor da commodity volta a subir em função da elevação dos investimentos especulativos redirecionado para o mercado futuro de commodities básicas, o que foi um dos fatores que levou o Brasil a apresentar um crescimento de 5,1% no PIB e uma taxa de investimento da ordem de 19% (IBGE).

Todo este movimento de elevação de preços e redução da produção apresentada pelo país serve de base para a análise da variação do perfil das exportações brasileiras durante o período que vai de 2001 até o ano de 2010. Neste período o Brasil apresentou uma elevação no valor bruto das exportações de derivados de cacau da ordem de 329,32% (ano base 2010), passando de 90.438.045 de dólares em 2001 para 29.7834.817 em 2010 (MDIC, SECEX). Com uma capacidade de processamento constante ao longo da década mencionada, algo em torno de 200 mil toneladas ano segundo a Associação da Indústria Produtora de Cacau (AIPC), podemos inferir que as elevações nos valores brutos das exportações de derivados de cacau feitos pelo país foram oriundas de elevação nos valores internacionais dos produtos semi-industrializados (manteiga, torta, liquor, etc) e de uma modificação no perfil destas exportações, apresentando uma menor composição do produto primário e uma maior proporção de produtos intensivos em capital. Esta variação pode facilmente ser visualizada na figura a seguir:

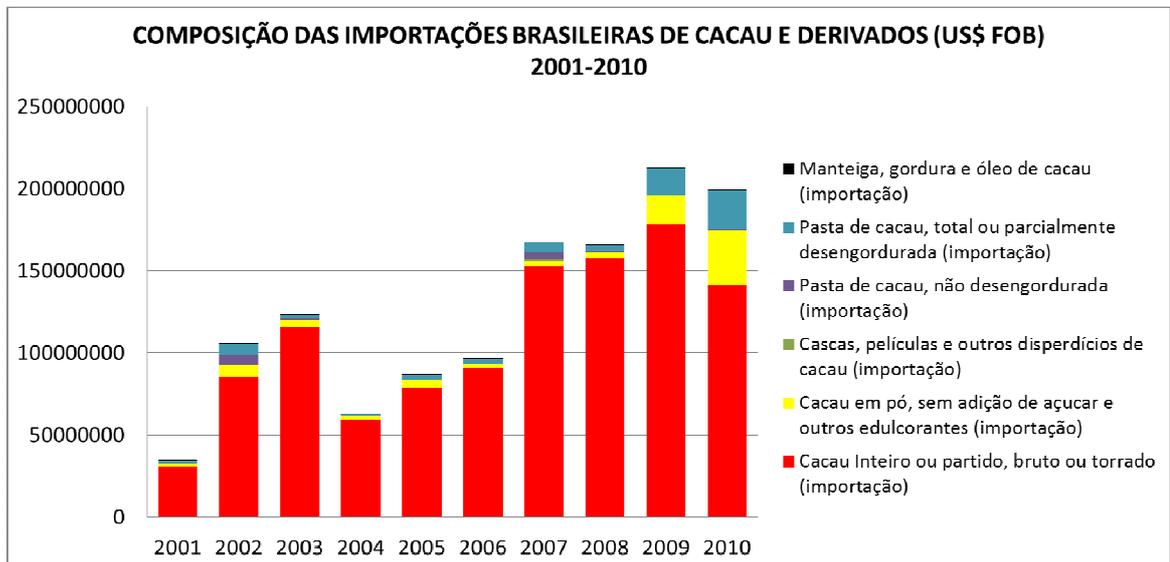
Figura 5: variação da composição das exportações brasileiras de cacau e derivados entre os anos de 2001 e 2010.



Elaboração própria. Dados: MDIC, SECEX

As importações de cacau em amêndoas, em grande parte para atendimento da indústria moageira instalada, sofreram elevações ao longo da década, apresentando variação média de 130% no período (MDIC, SECEX). Vale destacar que a indústria moageira nacional constitui-se um oligopólio altamente concentrado, onde apenas 5 empresas dominam mais de 90% do mercado interno, formado pelas empresas Cargill, ADM, Barry Callebaut, Delfi Cacau e Indeca, o que de certa forma, mantém constante a estrutura de oferta do mercado. No gráfico a seguir podemos visualizar essa variação:

Figura 6: variação da composição das importações brasileiras de cacau e derivados entre os anos de 2001 e 2010.



Elaboração própria. Dados: MDIC, SECEX

Com significativas elevações das importações via drawback de amêndoas, para posterior beneficiamento e exportação, as importações brasileiras apenas se modificaram no final do período em função da elevação no consumo interno de chocolates, que passou de 1,65 quilos para 2,2 quilos per capita, fruto das modificações nos padrões de consumo das classes C e D. Observa-se uma elevação na importação de derivados de cacau apenas a partir do ano de 2008 como pode ser visto no gráfico a seguir:

Figura 7: variação do valor das importações brasileiras de cacau e derivados entre os anos de 2001 e 2010.



Elaboração própria. Dados: MDIC, SECEX

Figura 8: variação do valor das exportações brasileiras de cacau e derivados entre os anos de 2001 e 2010.



Elaboração própria. Dados: MDIC, SECEX

Quadro 6: Importações e exportações de cacau e derivados entre 2001 e 2010

Cacau Inteiro ou partido, bruto ou torrado (exportação)				Cacau Inteiro ou partido, bruto ou torrado (importação)			
Ano/Parâmetro	US\$ FOB	Peso Líquido (Kg)	Quantidade	Ano/Parâmetro	US\$ FOB	Peso Líquido (Kg)	Quantidade
2001	3784964	3272280	3272	2001	31050199	33930954	113852
2002	6999938	3589740	3590	2002	85572434	56307619	2492372
2003	3073701	1851473	1854	2003	115577545	59338037	59354
2004	1874915	1111620	1112	2004	59008442	40261198	40263
2005	1788117	1066136	1067	2005	78318097	54447607	54453
2006	829786	456220	456	2006	90317079	65444983	65444
2007	1708826	718216	719	2007	152879626	91191859	118070
2008	1580833	470847	472	2008	157860788	73114732	73118
2009	936446	236317	386	2009	178166624	73989004	73988
2010	1051922	242672	253	2010	141019964	47412545	47432
Cacau em pó, sem adição de açúcar e outros edulcorantes (exportação)				Cacau em pó, sem adição de açúcar e outros edulcorantes (importação)			
Ano/Parâmetro	US\$ FOB	Peso Líquido (Kg)	Quantidade	Ano/Parâmetro	US\$ FOB	Peso Líquido (Kg)	Quantidade
2001	20618443	16902870	16906	2001	1471768	3008402	1484906
2002	29244468	15201479	152000	2002	7268063	5574719	159466
2003	56222386	21520828	21636	2003	4397487	2775787	126767
2004	57018702	27928348	39675	2004	2425912	1979722	217263
2005	44171358	29602530	30242	2005	5282871	4850960	64541
2006	34702543	28377746	41656	2006	3096466	4567343	31570
2007	38447577	28493471	30881	2007	3380209	4524216	38471
2008	39693632	23616511	24998	2008	3336574	3210624	220094
2009	47992311	21770421	22036	2009	17525748	10278942	958629
2010	93976399	22695086	24618	2010	33714762	11660713	1254840
Casacas, películas e outros desperdícios de cacau (exportação)				Casacas, películas e outros desperdícios de cacau (importação)			
Ano/Parâmetro	US\$ FOB	Peso Líquido (Kg)	Quantidade	Ano/Parâmetro	US\$ FOB	Peso Líquido (Kg)	Quantidade
2001	51273	218850	0	2001	0	0	0
2002	38041	342155	0	2002	0	0	0
2003	181977	1288945	0	2003	0	0	0
2004	603031	1154201	0	2004	0	0	0
2005	786816	1453295	0	2005	0	0	0
2006	831315	1890099	0	2006	0	0	0
2007	852795	2211716	0	2007	191090	388250	0
2008	1301560	1557694	0	2008	0	0	0
2009	522142	615547	0	2009	0	0	0
2010	727607	981616	0	2010	4052	19	0
Pasta de cacau, não desengordurada (exportação)				Pasta de cacau, não desengordurada (importação)			
Ano/Parâmetro	US\$ FOB	Peso Líquido (Kg)	Quantidade	Ano/Parâmetro	US\$ FOB	Peso Líquido (Kg)	Quantidade
2001	15332800	10321800	10333	2001	213629	147448	18130
2002	18659499	7853450	7870	2002	5891410	2528250	2530
2003	22802013	7833100	7842	2003	1081025	483	484
2004	16919383	7821750	7836	2004	159346	72	72
2005	23273950	11116066	11137	2005	54613	20240	20
2006	30270718	14168443	14189	2006	156451	56860	57
2007	33079111	12257980	12276	2007	4688515	2084067	2124
2008	39506389	10053795	10066	2008	450382	44985	6259
2009	35397860	7992900	8	2009	140239	36022	36
2010	44350818	9513983	9530	2010	761583	196300	197

continua

Pasta de cacau, total ou parcialmente desengordurada (exportação)				Pasta de cacau, total ou parcialmente desengordurada (importação)			
Ano/Parâmetro	US\$ FOB	Peso Líquido (Kg)	Quantidade	Ano/Parâmetro	US\$ FOB	Peso Líquido (Kg)	Quantidade
2001	6615681	6496800	6496	2001	1471324	2294085	2519
2002	9299719	5266600	5265	2002	6852555	5394951	5397
2003	34740397	12174200	12174	2003	2245357	1255780	1255
2004	17062589	8812520	8814	2004	1218024	938498	939
2005	8600200	8799600	8800	2005	2909706	3467447	3464
2006	11308488	12294744	12295	2006	2840724	5584859	5577
2007	9559858	8309044	8307	2007	6071818	10239112	10237
2008	9938442	6208500	6209	2008	3736455	6156130	11158
2009	6274156	2947641	2965	2009	16460288	11120004	350779
2010	7057173	2215875	2217	2010	23466677	7265529	7265
Manteiga, gordura e óleo de cacau (exportação)				Manteiga, gordura e óleo de cacau (importação)			
Ano/Parâmetro	US\$ FOB	Peso Líquido (Kg)	Quantidade	Ano/Parâmetro	US\$ FOB	Peso Líquido (Kg)	Quantidade
2001	47819848	24045600	24067	2001	47351	970	970
2002	75187576	27900225	27924	2002	578385	337075	412
2003	99761655	33637418	33665	2003	851	124	25
2004	104715756	34130812	34188	2004	1871	198	0
2005	156342742	39200062	40054	2005	1980	205	25
2006	143863841	36577087	36536	2006	3323	331	115
2007	155200114	32743778	33091	2007	5765	577	121
2008	175490599	25996535	26352	2008	48730	5917	335
2009	144933102	20669088	21033	2009	9982	983	607
2010	151722820	24956907	25057	2010	10921	1067	180
Derivados totais (exportação)				Derivados totais (importação)			
Ano/Parâmetro	US\$ FOB	Peso Líquido (Kg)	Quantidade	Ano/Parâmetro	US\$ FOB	Peso Líquido (Kg)	Quantidade
2001	90438045	57985920	57802	2001	3204072	5450905	1506525
2002	132429303	56563909	193059	2002	20590413	13834995	167805
2003	213708428	76454491	75317	2003	7724720	4032174	128531
2004	196319461	79847631	90513	2004	3805153	2918490	218274
2005	233175066	90171553	90233	2005	8249170	8338852	68050
2006	220976905	93308119	104676	2006	6096964	10209393	37319
2007	237139455	84015989	84555	2007	14337397	17236222	50953
2008	265930622	67433035	67625	2008	7572141	9417656	237846
2009	235119571	53995597	46042	2009	34136257	21435951	1310051
2010	297834817	60363467	61422	2010	57957995	19123628	1262482

5 CONCLUSÕES

As características apresentadas ao longo do trabalho levam a crer que existe uma correlação muito forte entre variações nos preços internacionais da *commodity* cacau e a área plantada e colhida nos países produtores, indicando um mercado altamente volátil em função das modificações da variável preço, que possuem também uma alta correlação com o capital especulativo e é determinado em um mercado altamente oligopolizado.

O mercado cacauero exportador brasileiro, tendo a Bahia como principal produtor, apresentou grandes variações em sua produção, exportações e receitas desde o início de sua implantação no estado, chegando a ocupar, no final da década de 1970 a posição de maior produtor mundial da *commodity*.

Entretanto, tanto em termos de incentivos creditícios quanto em termos de implementação de políticas de desenvolvimento regional, a cacauicultura não recebeu a devida atenção nacional que deveria, formando-se então o mesmo ciclo vicioso de quase todos os agronegócios nacionais, tornando-se mais uma base do modelo exportador primário durante toda o ciclo de vida e de crescimento da região cacauera baiana.

Durante a primeira década do século XXI, já devastada pelos efeitos da falta de incentivos aliado a vassoura de bruxa, as indústrias moageiras nacionais lançam mão das importações de amêndoas via drawback, beneficiamento do produto *in natura* e posterior exportação, o que demonstra uma possibilidade de retomada do crescimento, tanto para o agronegócio cacauero quanto para o desenvolvimento do cluster já formado.

Em termos reais, os ganhos provenientes do incremento de valor dado ao produto cacau via beneficiamento e exportação na forma de manteiga, pasta, liquor e pó de cacau leva a crer que o modelo primário exportador está completamente ultrapassado, mesmo com o incremento na demanda mundial da última década. Isso pode ser comprovado pelo valor real das receitas das exportações em função da produção nacional, onde boa parte dos ganhos reais das receitas foram provenientes dos derivados enquanto produtos beneficiados.

Apesar das incertezas inerentes a este comércio, boa parte do crescimento das receitas dos países que nele entraram a pouco tempo se deveram ao incremento no valor adicionado ao produto *in natura*, como a Holanda que entrou no mercado moageiro nas últimas três décadas do século passado e hoje possui mais de 14% do mercado moageiro internacional. Isso prova que existem alternativas para a economia cacaueteira baiana e nacional mas que as soluções indicam caminhos que convergem para o investimento e dinamização da produção e de uma menor dependência das receitas provenientes da exportação do produto não beneficiado.

REFERÊNCIAS

- ABICAB. **Relatório da Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados**. Disponível em: < [Http://www.abicab.org.br/index_home.htm](http://www.abicab.org.br/index_home.htm) > ,acesso em: 10/01/2013.
- ARAÚJO, A. C. de. **Os preços do cacau e suas implicações sobre a economia cacauceira baiana**. 94f. 1997.; 1997, 94p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). UFC/CCA/DEA, Fortaleza, 1997
- BAER, Werner. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDE). Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2670>> Acesso em: 14 de agosto de 2012.
- CAVALCANTI E. R; COUTINHO, S. F. S; SELVA, V. S. F. Desertificação e desastres naturais na região do semi-árido brasileiro. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife: Editora Massangana, v. 22, n. 1., p. 19-31, jan/jun, 2006.
- CEPLAC. **Diretrizes para expansão da cacauicultura nacional: 1976/1985**. Brasília, DF, PROCACAU, 1977. 200p.
- FAO. Food and Agriculture Organization of The United Nations. **FAOSTAT Database Gateway**. Disponível em: <<http://apps.fao.org>>. Acesso em: 10 de junho de 2012.
- IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: 1990. v.3 Séries estatísticas retrospectivas
- ICCO. INTERNATIONAL COCOA ORGANIZATION. Disponível em: <<http://www.icco.org>> Acesso em Jun. 2012.
- ICCO. **STUDY ON THE IMPACT OF TERMINAL MARKETS ON COCOA BEAN PRICES**. MARKET COMMITTEE. Eleventh meeting, London, September 2007.
- IPEA. IPEADATA: Disponível em : < <http://www.ipeadata.gov.br/>> Acesso em: 22 de fevereiro de 2013
- KRUGMAN, P.; OBSTFELD , M. **Economia Internacional: teoria e política**. 8 ed. São Paulo: Editora Prentice Hall, 2010.
- MARINHO, P. L. Exportação de cacau, crescimento e desenvolvimento regional no sul da bahia (1965-1980). **Revista de Economia**, Curitiba, v. 28/29, p. 7-25, 2002.

PIRES, M. T. Não vai faltar chocolate no Brasil. **Revista Veja digital**. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/%E2%80%9Cnao-vai-faltar-chocolate-no-brasil%E2%80%9D-diz-coordenador-do-ceplac>> acesso em: 26/06/2012

RECEITA FEDERAL. Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/drawback/regime.htm>> Acesso em: 13 de agosto de 2012.

RAMALHO, H. M. de B; TARGINO, I. 2003. A evolução das exportações brasileiras de cacau: uma análise do período de 1950 a 2000. In: WORKSHOP REDENORDESTE – RECORTES SETORIAIS DA ECONOMIA NORDESTINA , 1, 10 nov. 03, João Pessoa. **Anais....** João Pessoa, 2003;

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo. Editora Martins Fontes, 1a ed. 2003

TREVIZAN, S.D.P; MARQUES, M. Impactos socioeconômicos da crise do cacau: um estudo de comunidade-caso. **Agrotrópica** v.14 n. 3, p.127-136, 2002.

ZUGAIB, A.C.C. **Análise da Importação de Cacau Via Drawback no Brasil e sua influência para os produtores, industriais e governo**. Ilhéus (Ba): Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, ago. 2005

ZUGAIB, C. C. Z; SANTOS, A. M. S; MIDDLEJ, R. R; SANTOS FILHO. L. P. **Análise do Mercado Processador de Cacau no Brasil vista sob o modelo Estrutura-Conduto-Desempenho**. Ilhéus: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC 2008.

ZUGAIB, A.C.C.; SANTOS, A.M.; MIDDLEJ, R.R. **Planejamento estratégico para o cacau baseado no estudo de sua cadeia produtiva**. Ilhéus: CEPLAC/CEPEC/SESOE, 2006.

ZUGAIB, A. C. C; SANTOS, A. M. Dos; SANTOS FILHO. L. P. dos. **Radar técnico, 2005 – CEPLAC**. Disponível em: http://www.ceplac.gov.br/radar/mercado_cacau.htm Acesso em 10 nov. 2011

ANEXO

Tabela I: Participação dos principais países exportadores no mercado internacional de cacau*
(%)1961/2000

Anos	Brasil	C. do Marfim	Equador	Gana	Indonésia	Malásia	Nigéria	Bélgica	Camarões	Holanda	Mercado
1961	11,12	7,35	2,69	34,71	0	0,02	15,53	0,13	5,98	5,63	83,16
1962	6,34	8,17	2,56	36,61	0	0,03	16	0,11	5,99	5,56	81,36
1963	7,21	8,09	2,88	35,15	0	0,04	14,39	0,07	7,26	5,69	80,77
1964	7,43	10,1	2,32	33,67	0,02	0,05	16,18	0,1	5,58	5,82	81,26
1965	7,33	8,9	2,56	35,3	0	0,05	19,81	0,16	5,91	5,16	85,18
1966	10,25	10,11	2,43	32,19	0,02	0,08	14,07	0,22	6,81	5,78	81,95
1967	10,6	9,1	3,24	27,74	0,04	0,1	18,26	0,18	6,4	6,41	82,08
1968	7,6	10,75	5,17	27,78	0,02	0,14	16,74	0,18	6,24	6,63	81,25
1969	11,11	10,77	2,64	26,24	0,03	0,14	14,81	0,22	7,59	6,94	80,49
1970	10,94	11,98	2,92	27,9	0,01	0,17	14,9	0,16	6,63	6,02	81,62
1971	10,58	11,3	3,51	23,07	0,04	0,21	18,73	0,15	6,67	7,58	81,84
1972	9,64	11,71	3,35	27,88	0,08	0,28	15,13	0,16	6,53	6,99	81,76
1973	8,86	11,03	2,57	27,67	0,04	0,43	15,82	0,2	6,85	8,92	82,4
1974	12,13	14,46	4,97	21,65	0,07	0,64	13,65	0,09	6,86	7,97	82,49
1975	15,13	13,14	3,32	22,64	0,15	0,76	13,45	0,23	6,07	8,4	83,28
1976	12,36	14,6	3,13	22,91	0,15	0,96	14,67	0,18	5,42	8,99	83,38
1977	12,78	13,17	4,34	20,42	0,21	1,07	12,68	0,13	5,14	9,7	79,63
1978	14,38	18,16	4,64	15,34	0,39	1,32	12,84	0,08	5,55	8,77	81,47
1979	18,58	14,21	5,39	15,13	0,59	1,89	8,46	0,15	5,67	9,48	79,55
1980	15,04	20,02	4,62	13,32	0,92	2,28	9,22	0,21	6,3	9,15	81,08
1981	13,35	25,86	3,27	10,83	0,88	2,62	11,17	0,37	5,34	8,27	81,96
1982	13,15	20,75	4,7	14,17	1,24	3,49	8,42	0,4	4,34	9,91	80,56
1983	15,07	18,65	1,86	9,16	1,39	3,68	12,56	0,44	5,03	10,63	78,47
1984	12,41	25,41	3,58	8,03	1,25	4,07	7,5	0,43	5,22	10,91	78,8
1985	15,47	23,46	4,09	8,9	1,49	4,7	5,51	0,41	4,58	11,72	80,33
1986	11,87	25,66	3,56	9,18	1,52	5,56	7,58	0,29	4,78	10,72	80,72
1987	11,65	24,94	2,69	9,7	1,73	7,74	4,94	0,27	5,72	10,5	79,87
1988	11,33	18,25	3,02	9,48	2,49	8,9	8,96	0,26	5,73	9,7	78,13
1989	8,21	28,94	2,81	9,93	2,7	7,47	5,45	0,4	4,21	10,73	80,86
1990	8,92	27,14	3,6	9,56	4,02	7,5	5,42	0,56	4,31	9,54	80,56
1991	7,31	27,83	3,07	9,49	4,95	7,19	5,67	0,37	3,45	10,18	79,52
1992	7,58	26,37	2,12	9,02	6,31	6,83	4,08	0,36	2,48	11,36	76,51
1993	6,78	27,87	2,3	8,94	7,22	6,57	5,12	0,47	3,57	11,71	80,55
1994	6,39	25,4	2,59	8,83	7,8	5,63	5,04	0,41	2,8	14,43	79,32
1995	2,76	28,12	3,09	9,21	8,16	4,69	4,93	0,61	4,26	14,05	79,89
1996	2,63	31,08	2,76	13	8,73	3,12	4,98	0,25	3,88	12,16	82,59
1997	1,73	31,14	2,22	9,09	7,95	3,41	4,7	1,2	3,34	13,26	78,05
1998	1,92	32,61	0,7	10,1	9,72	2,71	4	1,73	3,61	12,14	79,26
1999	1,5	33,55	2,34	8,63	10,27	2,92	5,47	0,87	3,19	14	82,73
2000	1,61	32,6	1,93	10,4	10,06	2,81	0,29	1,81	2,55	13,98	78,05

Fonte: calculado a partir de dados básicos da FAO [elaborado por Ramalho e Targino (2003)]

Nota: *inclui cacau em amêndoas; manteiga; conchas; cascas; pasta; torta; e em pó.

Tabela II

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CACAU		
Produção Brasileira de Cacau em Amêndoas – AAI		
1974/75 à 2003/04		
Períodos	Em Sacos 60 Kg	Em Mil Toneladas
1974/75	4.425.000	265,5
1975/76	4.185.000	251,1
1976/77	3.770.000	226,2
1977/78	4.655.000	279,3
1978/79	5.156.667	309,4
1979/80	4.920.000	295,2
1980/81	5.883.333	353
1981/82	5.175.000	310,5
1982/83	5.571.667	334,3
1983/84	4.935.000	296,1
1984/85	6.773.333	406,4
1985/86	6.103.333	366,2
1986/87	5.960.000	357,6
1987/88	6.376.667	382,6
1988/89	5.401.667	324,1
1989/90	5.798.333	347,9
1990/91	6.135.000	368,1
1991/92	5.103.333	306,2
1992/93	5.143.333	308,6
1993/94	4.711.667	282,7
1994/95	3.750.000	225
1995/96	3.845.000	230,7
1996/97	3.083.333	185
1997/98	2.833.333	170
1998/99	2.300.000	138
1999/2000	1.756.731	105,4
2000/01	2.485.449	149,1
2001/02	2.060.000	123,6
2002/03	2.710.000	162,6

Fonte: QUARTERLY BULLETIN OF COCOA STATISTICS

Volume XXVIII - Nr.1 - 2003/04

Tabela III

Períodos	Amêndoas	Manteiga	Líquor	Torta	Cacau em Pó	Outros	TOTAL	
							Derivados E.T.A.*	Geral
	(A)						(B)	(A + B)
1983	152.774	32.126	52.292	29.088	11.626	10.932	150.765	303.539
1984	107.245	35.808	66.845	34.257	9.842	16.067	178.742	285.987
1985	172.321	42.764	68.601	36.156	8.407	16.574	199.430	371.751
1986	135.151	43.421	53.243	33.802	9.438	14.509	181.982	317.133
1987	143.481	42.708	42.178	44.318	3.838	11.189	166.258	309.739
1988	134.490	46.878	46.010	44.606	8.327	17.187	182.133	316.623
1989	107.167	34.208	42.674	34.524	6.742	38.868	144.279	251.446
1990	118.156	47.222	33.275	45.006	9.243	21.788	167.132	285.288
1991	84.450	43.626	25.145	41.476	12.215	28.460	147.410	231.860
1992	83.613	46.730	23.380	23.380	33.476	19.245	153.457	237.070
1993	99.570	40.036	30.754	28.783	19.186	24.458	144.876	244.446
1994	87.465	35.798	22.707	20.755	21.616	19.559	123.552	211.017
1995	19.316	20.094	9.881	14.007	18.324	24.283	65.771	85.087
1996	33.274	24.667	8.701	12.850	16.465	19.948	76.454	109.728
1997	4.915	20.808	8.188	7.613	14.927	22.755	65.554	70.469
1998	5.582	24.932	10.615	9.874	13.040	19.287	79.551	85.133
1999	3.918	22.066	9.232	7.060	13.984	21.084	70.203	74.121
2000	1.900	30.394	9.464	7.016	14.072	28.539	92.634	94.534
2001	3.272	24.046	10.322	6.497	16.897	38.593	76.829	80.101
2002	3.589	27.900	7.853	5.267	15.201
2003	1.851	33.637	7.833	12.174	21.521
2004	1.112	34.131	7.822	8.812	27.918

Fonte: MDIC/SECEX

*E.T.A - Derivados em Termos de Amêndoas - Índice de Conversão da ABIC: manteiga = 2,6586 e líquido = 1,2498

Tabela IV

Ano/safra	Produção Bahia	Produção Brasil	Importação	Exportação	Prod Brasil + Import - Export	Moagem Brasil	Sup/Def Antes Imp	Sup/Def Depois Imp
1990/1991	356.327	384.327	0	111.952	272.375	224.884	47.491	47.491
1991/1992	253.796	280.796	0	67.688	213.108	205.744	7.364	7.364
1992/1993	245.997	271.997	2.171	88.805	185.363	190.552	-7.360	-5.189
1993/1994	294.775	319.775	1.402	105.422	215.755	219.770	-5.417	-4.015
1994/1995	234.504	257.504	8.278	67.841	197.941	190.843	-1.180	7.098
1995/1996	160.390	181.390	259	15.345	166.304	173.687	-7.642	-7.383
1996/1997	177.315	199.815	29.501	29.026	200.290	179.812	-9.023	20.478
1997/1998	152.381	180.049	23.765	5.550	198.264	182.458	-7.959	15.806
1998/1999	134.383	164.750	20.886	4.171	181.465	188.092	-27.513	-6.627
1999/2000	98.617	123.006	85.102	3.888	204.220	199.487	-80.369	4.733
2000/2001	105.454	129.347	60.865	2.064	188.148	194.068	-66.785	-5.920
2001/2002	129.329	157.209	32.996	3.204	187.001	179.605	-25.600	7.396
2002/2003	101.118	130.334	75.461	3.285	202.510	190.394	-63.345	12.116
2003/2004	144.195	175.567	40.100	1.676	213.991	206.117	-32.226	7.874
2004/2005	122.344	170.800	47.303	983	217.120	201.474	-31.657	15.646
2005/2006	139.584	164.773	53.695	1.035	217.433	215.000	-51.262	2.433
2006/2007	110.244	137.946	74.712	397	212.261	220.000	-82.451	-7.739
2007/2008	104.681	142.974	69.643	764	211.853	225.000	-82.790	-13.147

Fonte: CEPLAC/Cacaunet

Safra de 01/Maio à 30/Abril do ano seguinte. Exportação e Importação até Fevereiro de 2008. Produção até Março de 2008.